



SEÇÃO: RESENHA

Brasileiros no exterior: voto emigrante e participação política*Brazilians abroad: emigrant voting and political engagement***João Francisco Cortes
Bustamante¹**orcid.org/0000-0002-2069-6506
jfcbdipl@gmail.com**Recebido em:** 13 nov. 2024.**Aprovado em:** 17 nov. 2024.**Publicado em:** 12 fev. 2025.

Resumo: A resenha tem como objetivo elucidar os principais aspectos do livro *Brasileiros no exterior: voto emigrante e participação política*, escrito por Denise Frizzo e Bruno Mascitelli. Resultado de uma pesquisa de doutorado, o livro não é a tese, mas a consequência de uma reorganização dessa pesquisa realizada com uma atualização. Esse processo realizado pelos autores para publicar o livro permite uma obra rara pelos temas trabalhados em um campo de análise ainda restrito, porém necessário: a emigração brasileira. A apresentação é feita pelo ex-ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, e está dividida em seis capítulos. Nesta resenha, pretendo expor os temas e destacar o que é mais relevante e original: o vínculo entre os emigrantes e a participação política.

Palavras-chave: emigrantes; voto; participação política.

Abstract: The review aims to elucidate the main aspects of the book *Brasileiros no exterior: voto emigrante e participar política* [*Brazilians Abroad: Emigrant Vote and Political Participation*], written by Denise Frizzo and Bruno Mascitelli. The result of a doctoral research, the book is not the thesis, but the consequence of a reorganization of this research carried out with an update. This process carried out by the authors to publish the book allows for a rare work due to the themes worked on in a field of analysis that is still restricted, but necessary, Brazilian emigration. The introduction is given by the former Minister of Foreign Affairs, Celso Amorim, and the book is divided into six chapters. In this review, the aim is to present the themes and highlight what is most relevant and original, the link between emigrants and political participation.

Keywords: Emigrants; Vote; Political Engagement.

O livro *Brasileiros no exterior: voto emigrante e participação política*, escrito por Denise Frizzo e Bruno Mascitelli, é resultado de uma pesquisa de doutorado. A tese, de autoria de Denise Frizzo, sob orientação de Bruno Mascitelli, foi escrita em inglês e defendida na *Swinburne University of Technology* (Melbourne, Austrália), em 2016. O livro não é, entretanto, a tese e, sim, consequência de uma reorganização da pesquisa realizada, juntamente com uma atualização, já que a edição é de 2020. Esse processo realizado pelos autores para publicar o livro permite uma obra rara haja vista os temas trabalhados em um campo de análise ainda restrito, porém necessário: a emigração brasileira. A apresentação é feita pelo ex-ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, e está dividida em seis capítulos. Nesta resenha, pretendo expor os temas e destacar o que é mais relevante e original: o vínculo entre os emigrantes e a participação política.

A literatura brasileira, principalmente acadêmica, sobre emigração



¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

brasileira, em termos comparativos com a produção mundial, ainda é reduzida. Se a obra se limitasse a esse tema, já se tornaria relevante no cenário nacional, mas os pesquisadores foram um pouco mais ousados: buscaram relacionar a emigração brasileira com o voto no exterior e a participação política. A obra ganha mérito pela raridade no modo como mostra os brasileiros no mundo na perspectiva política. O desafio amplia-se pela captação de dados ainda limitada e, além disso, pela dificuldade de uma pesquisa de campo adequada aos propósitos do tema. A provocação temática coaduna-se com as solicitações morais e normativas de cidadania global, voto extraterritorial, igualdade e direitos humanos que pairam sobre os emigrantes de qualquer nacionalidade.

A escrita didática, explicativa e assertiva facilita a leitura. Ao partirem de uma avaliação histórica da transição de um Brasil de imigrantes para um país de emigração, os autores discorrem, no primeiro capítulo, sobre *cidadania, direitos transnacionais e identidade* dos emigrantes de modo geral. Não limitada aos aspectos jurídicos, há uma ênfase sobre como os emigrantes mantêm os laços emocionais com o país de origem. A tríade composta por emigrante, país de origem e país de destino se junta com o Estado, que é o definidor normativo da cidadania para o emigrante, expondo como a proliferação de iniciativas estatais de dupla cidadania e de ampliação dos direitos da forma de aquisição de cidadania é um instrumento utilizado pelos Estados como recurso de poderes político, econômico e social nas *mudanças contemporâneas transnacionais*. A relação direitos e práticas transnacionais se estreita e, aqui, surge o cerne da obra: como se manifesta o transnacionalismo político do emigrante brasileiro. A normativa da cidadania brasileira e as hipóteses da pesquisa são delineadas em consonância com a terminologia adotada.

Os autores partem, no segundo capítulo, da *história da migração brasileira* de um país marcado por um longo período como receptor de imigrantes para se tornar, mais recentemente, um país de emigrantes. Os dados oficiais facilitam

a informação sobre a emigração, porém há a limitação do ano coletado (2015) e uma certa imprecisão pela diferença entre os números oficiais *versus* os imigrantes indocumentados. Os autores arriscam-se a elaborar um perfil do emigrante brasileiro e verificam, também, que as comunidades de emigrantes brasileiros no exterior são semelhantes em vários aspectos. Iniciativas de formação de associações brasileiras no exterior e de tentativas do Estado brasileiro em se aproximar dessas comunidades ocorrem com pouca efetividade, mas foram as remessas de capitais de brasileiros no exterior que provocaram um estreitamento, só que de modo errático e pouco planejado, do governo brasileiro com as comunidades emigrantes. A criação do Conselho de Representantes Brasileiros no Exterior (CRBE), em 2010, é singular nesse âmbito.

O terceiro capítulo apresenta como o avanço da tecnologia, das comunicações e dos transportes permitiu melhores oportunidades de contato dos migrantes com familiares, amigos e a pátria de origem. A reação do Estado-Nação, ao atualizar os direitos à cidadania e o direito de residir no país, estimulou o transnacionalismo político. Os emigrantes aproximaram-se, a partir disso, de engajamentos políticos em um movimento duplo: em direção ao país de origem e em direção ao país em que residem. Esse movimento é reforçado ou limitado pelas ações dos governantes e as devidas legislações dos países. O objetivo dos autores consiste em verificar como direitos à cidadania moldam engajamentos políticos a fim de emergir uma cidadania transnacional. O vínculo entre direito ao voto e cidadania ao emigrante é destacado como meio de inserção política, a despeito do local de residência do emigrante, bem como é consequência da migração global e do transnacionalismo político. Ocorre um distanciamento entre a ação governamental em favor do direito ao voto do emigrante com o engajamento político, dado na participação. Emerge uma sutil, mas importante, diferença: é o envolvimento político do emigrante que fornece o tom do modo do direito ao voto para os emigrantes concedido pela pátria de origem.

Em termos metafóricos, é como se houvesse uma luta entre o Estado-Nação e os emigrantes quanto ao nível de engajamento político.

Os autores explicitam modelos de votação externa que tentam manter a proximidade entre emigrantes e comunidade política, mas os sistemas eleitorais são diferentes entre os países, os quais estão sendo desafiados a todo momento, também, porque necessitam redefinir os conceitos de *cidadania*. Quanto a não conceder o voto externo aos emigrantes, os autores destacam os emigrantes terem *interesses afetados* pelo Estado-Nação de origem e as *peças sujeitas à lei*, que dá ênfase ao território em que o emigrante reside, e não à pátria de origem, de modo que teriam o direito ao voto somente no país de acolhimento. Os autores repetem, desnecessariamente, algumas explicações sobre a relação entre voto externo e migração para, com isso, exporem como ocorreu o processo na América Latina e na Europa, com ênfase recorrente ao caso italiano. Para aperfeiçoar o voto externo, demanda-se maior engajamento político dos emigrantes e verificação de benefícios do voto externo às comunidades de emigrantes no exterior.

No quarto capítulo, o *engajamento político dos emigrantes brasileiros* é analisado pelos vínculos diversos com o Brasil e o país em que residem. Essas conexões transnacionais não se traduzem, todavia, no engajamento político das comunidades de emigrantes com os temas brasileiros. Os autores mostram a baixa participação dos emigrantes nas eleições presidenciais do Brasil, sendo que nas eleições entre 2006 e 2018 sofreu expansão o cadastramento eleitoral, ainda que tenha sido registrado o mesmo nível de participação dos emigrantes brasileiros. A facilidade da comunicação e da tecnologia aproxima os brasileiros no exterior das informações sobre as eleições nacionais, porém o *engajamento político dos emigrantes brasileiros* é, pelo menos nas últimas duas décadas, baixo comparativamente com a ativa participação dos exilados no período da ditadura. No país em que residem, o engajamento político dos emigrantes brasileiros ocorre por serem cidadãos nesse país de acolhida, situação

que permite a eles atuarem nas eleições desse país, inclusive com candidaturas, e pela dupla cidadania para que sejam candidatos e eleitos como representantes nos parlamentos. Um movimento de engajamento político diferenciado foi a realização de protestos no exterior, após 2013, a respeito de temas sociais e, principalmente, da situação política do Brasil, fato que abriu um novo momento para as comunidades de emigrantes se voltarem mais ao país de origem.

Os autores, no quinto capítulo, mostram uma pesquisa *on-line* com a comunidade de emigrantes brasileiros no exterior para saber sobre o engajamento político transnacional e a política interna no Brasil. Os pesquisadores buscaram extrair um perfil dos participantes, mas o destaque são os participantes com longo tempo de vivência no exterior que mantêm aberta a possibilidade de retornar ao Brasil de modo permanente. Igualmente, há uma contradição aparente nas conexões políticas transnacionais: a maioria dos respondentes defende o voto no exterior dos emigrantes, porém boa parte deles não está registrada para votar ainda que se envolva, de uma certa forma, com a política interna brasileira. Há um forte defesa de que o voto deve ser um direito e não uma obrigação junto com um pedido para que os procedimentos de votação sejam aperfeiçoados para facilitar o acesso ao voto. Quanto à falta de engajamento, os participantes da pesquisa mostraram um movimento duplo: a falta de relação com a política interna e o não interesse do governo e dos legisladores em se aproximar da comunidade de emigrantes brasileiros. A quantidade de documentos exigidos quando desejam se cadastrar como eleitores no exterior e renovar passaporte incomoda os emigrantes.

O sexto e último capítulo lida diretamente com os *líderes de comunidades brasileiras no exterior e autoridades*. A pesquisa teve vinte e três pessoas divididas em três grupos: líderes de emigrantes (LE), legisladores (L) e representantes do governo (RG). A metodologia intencional enfatizou pessoas próximas às comunidades brasileiras com entrevistas de forma indutiva.

Os três grupos concebem como positivo o voto no exterior, porém tanto os legisladores quanto os representantes do governo dão atenção à repercussão na política interna, enquanto os líderes de emigrantes ressaltam o vínculo da comunidade de emigrantes brasileiros com o país de origem. Os entrevistados concordam que tanto a burocracia quanto a falta de interesse e conscientização não mobilizam o voto no exterior, ao mesmo tempo que os partidos políticos e os candidatos não se empenham junto às comunidades de emigrantes brasileiros. É relevante considerar como os respondentes justificam o voto no exterior com as remessas, de modo a elevar o aspecto econômico como um dos principais elementos nesse debate. A extensão do voto para outros cargos é bem recebida pelos líderes de emigrantes, mas com restrições pelos representantes do governo.

O mérito da obra não impede críticas pontuais. Ao ser resultado de uma tese acadêmica, o livro poderia ter tido uma divisão mais apropriada para ter impacto em qualquer leitor e não somente para o leitor especializado. Itens do primeiro capítulo como *sobre o livro, motivação e hipóteses iniciais, terminologia, visão geral da abordagem de pesquisa e contribuição para o campo de estudo e estrutura do livro* deveriam vir antes do primeiro capítulo, em uma espécie de *introdução*. Faltou uma revisão cuidadosa, também, para concentrar determinados temas e não repeti-los desnecessariamente várias vezes ao longo da obra, como a parte histórica do Brasil passar de país de imigração para emigração e o modelo de votação italiano – este, exaustivamente citado. Uma nova edição da obra requererá atualização de dados, principalmente de votação eleitoral dos emigrantes e da comunidade de emigrantes brasileiros no exterior, a fim de verificar a dinâmica do transnacionalismo político. Essas observações não desqualificam, entretanto, a relevância da obra *Brasileiros no exterior: voto emigrante e participação política*. A urgência dos temas expostos já no título do livro indica o quanto o nosso dia a dia está, de uma forma ou de outra, relacionado ao fluxo migratório dos brasileiros. Mais do que

isso, o quanto o Brasil está inserido no mundo, e o mundo, inserido nas nossas vidas.

Referência

Frizzo, Denise, e Bruno Mascitelli. 2020. *Brasileiros no exterior: voto emigrante e participação política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

João Francisco Cortes Bustamante

Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, Brasil. Mestre em Diplomacia e Relações Internacionais pela Escola Diplomática do Ministério de Assuntos Exteriores, União Europeia e Cooperação da Espanha, Madri, Espanha. Mestre em Governo e Cultura das Organizações pela Universidade de Navarra (UNAV), Pamplona, Espanha. Bacharel em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil. Bacharel em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, Brasil. Doutorando em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, Brasil.

Endereço para correspondência

JOÃO FRANCISCO CORTES BUSTAMANTE

jfcbdipl@gmail.com

Os textos deste artigo foram revisados por Araceli Pimentel Godinho e submetidos para validação dos autores antes da publicação.